

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Eu, FABRICIUS PINTO ASSUMPÇÃO, inscrito no CPF nº 070.724.617-28, estou comprometido em resguardar a privacidade e proteger os dados de pessoas naturais ["pessoas"] enviados por sua iniciativa ou por quem devidamente autorizado para tanto ["usuário(s)"].

1.1.1. Quando recebo os dados pessoais na forma descrita no subitem 1.1., tal recebimento é denominado "coleta ativa", e desde que os dados já não tenham sido tornados manifestamente públicos por tais pessoas, resguardados seus direitos, em razão de visita ao meu endereço eletrônico ("website") ou página relacionada ao mesmo domínio (<https://assumpcao.adv.br/>), e para procedimentos como:

- a) preenchimento de formulários ou outros campos para cadastro, inscrição em cursos, treinamentos, eventos outros, bem como para envio de sugestão, dúvida, reclamação, elogio e obtenção de informações sobre serviços e outras diversas;
- b) acesso a conteúdos ou serviços disponibilizados no website, sejam abertos ou exclusivos, nesse último caso, mediante identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual.

1.1.2. A privacidade e proteção também ocorrerão quando os dados forem coletados tanto de forma automática como passiva ("coleta passiva", mediante autorização), e por tecnologias específicas, em razão de visita ao meu website ou página relacionada ao mesmo domínio (<https://assumpcao.adv.br/index.php/home>), seja quando de simples navegação, ou quando:

- a) por meio de contato feito ou diretamente por sistemas eletrônicos de comunicação (e-mail, WhatsApp, SMS e aqueles vinculados a serviços de redes sociais, como o Direct do Instagram e o Messenger do Facebook) e;
- b) realizar os procedimentos descritos na letra "b" do subitem 1.1.1.

1.2. A coleta de dados pessoais acontece, e para propósitos legítimos e específicos, quando os usuários enviam, para aquelas tecnologias mencionadas nos subitens 1.1.1 e 1.1.2, mensagem de texto simples ou instantânea, documento, imagem, áudio, vídeo ou outro tipo de arquivo e que contenha informações várias, tais como:

- a) nome;
- b) nacionalidade;
- c) estado civil;
- d) profissão;
- e) grau de escolaridade;
- f) carteira de identidade;
- g) cadastro de pessoa física (CPF);
- h) carteira de motorista;
- i) carteira de trabalho;
- j) endereço residencial;
- k) e-mail e número de telefones secundários;
- l) outras necessárias, inclusive as sensíveis, para as finalidades descritas na presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

1.3. A coleta daqueles e outros dados pessoais que forem necessários também acontece quando os usuários preenchem formulários ou outros campos a partir de contato feito por

mim e em virtude de eu já possuir outras informações que identifiquem as pessoas na condição de clientes, potenciais clientes ou participantes de cursos, treinamentos e eventos outros anteriores, bem como, através daqueles sistemas eletrônicos de comunicação, para que sejam validados procedimentos (mesmo que em benefício de pessoa jurídica) e finalidades tais como:

- a) participação de pesquisa de satisfação e de preferências (opinião);
- b) recebimento de informação sobre anúncio de vaga de trabalho, bem como de serviços advocatícios e de cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados por mim;
- c) acesso a guias, manuais, cartilhas, tutoriais e outros documentos (obras intelectuais), inclusive artigos com conteúdo jurídico e material sobre cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados por mim.

1.4. Desse modo, a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais tem como objetivo regular, de forma simples e transparente, e em referência a tais dados:

- a) como e quais estão sujeitos a ser coletados e tratados;
- b) os princípios e requisitos observados para o tratamento;
- c) como e onde são mantidos (e de maneira segura);
- d) como são utilizados;
- e) com quem são compartilhados e para qual finalidade;
- e) quando se dá o término de seu tratamento;
- f) como são eliminados;
- g) os direitos e deveres inerentes ao tratamento.

1.5. Ao visitar o website, o que inclui a realização de contato por meio de sistemas eletrônicos de comunicação mencionados na letra "a" do subitem 1.1.2, o usuário declara ter lido e se compromete com as regras contidas na presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, além do estabelecido pela legislação vigente. Contudo, para visitar o website ou efetuar qualquer comunicação é preciso que usuário faça uma leitura, previamente, do constante das Políticas de Cookies (Anexo I) e dos Termos e Condições de Uso do Website elaborados por mim, haja vista a aplicação conjunta desses documentos com a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados.

1.6. O aceite à presente Política de Privacidade e Proteção de Dados irá implicar no reconhecimento de que o usuário é capaz e responsável por seus atos. Todavia, menores de 18 anos ou aqueles que não possuírem plena capacidade civil devem obter o prévio consentimento expresso dos seus representantes legais, sendo responsabilidade exclusiva destes o acesso não autorizado ao website, página relacionada ao mesmo domínio e a sistemas eletrônicos de comunicação.

1.7. Caso seja menor de 18 anos, não possua plena capacidade civil ou não concorde com a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, orienta-se que o usuário não realize qualquer dos procedimentos descritos nos subitens 1.1.1 a 1.3. Havendo dúvidas, o usuário ou seu representante legal deve entrar em contato comigo através do seguinte telefone: (22) 99229-0046.

1.8. Para efeito da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, e em consonância com o art. 5º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

- LGPD), considera-se:

- a) dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- c) dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- d) banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- e) titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- f) controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- g) operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- h) encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- i) agentes de tratamento: o controlador e o operador;
- j) tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- k) anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- l) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- m) bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- n) eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- o) transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
- p) uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;
- q) relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;
- r) órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou

estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e

s) autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

1.9. Os dados pessoais, nas formas e através dos procedimentos descritos nos subitens 1.1.1 a 1.3, serão coletados para propósitos legítimos e específicos, os quais serão explicitados e informados (finalidades), em consonância com a legislação. Dentre as finalidades para as quais os dados serão coletados por mim, e em consonância com os incisos V e IX, art. 7º, LGPD, têm-se aquelas em que são necessárias informações para:

1.9.1. Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a ele, quando:

- a) da análise dos fatos e do direito aplicável ante às informações recebidas, inclusive para fins de instrução probatória, com vistas à elaboração do respectivo contrato de prestação de serviços advocatícios, de procuração e das petições e recursos inerentes a minha atuação em defesa de interesse da pessoa na condição de cliente, a pedido deste, seja no âmbito administrativo ou judicial;
- b) de inscrição, a pedido da pessoa na condição de participante em cursos, treinamentos e eventos outros a serem organizados ou participados por mim;
- c) para a pessoa ter acesso a certos conteúdos ou serviços os quais exigem identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual.

1.9.2. Atender aos meus interesses legítimos quando eu:

- a) realize pesquisa de satisfação e de preferências (opinião) dos usuários dos meus serviços, inclusive elaborando estatísticas a respeito garantindo, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- b) envio publicidade sobre artigos meus com conteúdo jurídico, sobre oferta de vaga de trabalho, de serviços advocatícios, de cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados por mim;
- c) demais atividades que busquem o aperfeiçoamento de minhas ações com vistas à manutenção de adequados padrões de qualidade na administração dos meus serviços, e em atenção aos usuários e clientes.

1.10. Os usuários, ao executarem uma simples visita a páginas do meu website por meio de um terminal conectado à internet (a exemplo do computador, smartphone e tablet utilizado) ou ao realizarem os demais procedimentos descritos nos subitens 1.1.1 a 1.3 deixam registradas eletronicamente informações como data e hora da visita. Nessa visita, é possível também ser localizado o respectivo endereço de protocolo (IP) a partir do qual ela se deu, informações tais cujas inviolabilidade e sigilo são assegurados, exceto por ordem judicial, consoante disposição do inciso II, art. 7º, c/c art. 22, ambos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

1.10.1. Contudo, eu não me responsabilizo por ausência de providência por parte dos usuários a fim de evitar acessos não autorizados a conteúdos ou serviços os quais exijam identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual, nem quando os dados pessoais sejam acessados por métodos ilegais de interceptação ou violação de sigilo.

1.11. Quanto à comunicação privada coletada, registrada e armazenada e sujeita a outra(s) operação(ões) de tratamento quando os usuários fazem contato comigo nos moldes descritos nos subitens 1.1.1 a 1.3, sua inviolabilidade e sigilo são assegurados, exceto por ordem judicial - inciso III, art. 7º, c/c art. 22, ambos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

1.12. Em cada caso, a obrigatoriedade e validade ou a dispensa do consentimento para que sobre os dados pessoais coletados seja realizada operação de tratamento devem ser analisadas de acordo com a finalidade que estão sujeitos, e em consonância com a legislação.

1.12.1. A obrigatoriedade e validade ou a dispensa do consentimento também devem ser analisadas quando esses dados são recebidos por mim em virtude de contato que eu faço com as pessoas e por já possuir outras informações que as identifiquem:

a) na condição de clientes, participantes de cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados por mim, ou

b) por elas terem acesso a conteúdos ou serviços os quais exigem identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual.

1.13. Para efeito da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, amparada na legislação, e de observância obrigatória por todas as partes envolvidas, tanto os dados da pessoa inseridos ativamente por ela, por quem devidamente autorizado para tanto, como quando são recebidos por mim nas formas e através dos procedimentos descritos nos subitens 1.1.1 a 1.3, e em razão da coleta desses dados houver operação de tratamento, será aquela pessoa considerada "titular".

1.14. Conforme previsão da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), independentemente do meio (tecnologia empregada, seja digital ou analógica, com uso de inteligência artificial, de maneira automatizada ou manualmente), do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados (art. 3º, caput, LGPD), o tratamento deve ser realizado em território nacional (inciso I, art. 3º, LGPD), e os dados pessoais objeto da operação devem ser coletados nesse território (inciso III, art. 3º, LGPD). E isso com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa (arts. 1º e 3º).

1.14.1. No mesmo sentido, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) dispõe que, quanto à disciplina do uso da internet no Brasil devem ser observados princípios como os da proteção da privacidade e dos dados pessoais (art. 3º, incisos II e III).

1.15. A pessoa natural ou jurídica que determinar, por força de lei ou contrato, as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais (inclusive os sensíveis) em conjunto comigo atuará na posição de co-controlador. No mesmo sentido, eu (ou co-controlador que atue em conjunto comigo) designarei tantos operadores quantos forem necessários para as atividades de tratamento declaradas na presente Política de Privacidade e Proteção de Dados e respaldadas pela legislação de regência.

1.16. Embora eu não esteja obrigado, ao Encarregado pelo tratamento de dados pessoais que venha a ser indicado pelo mim compete, de acordo com o art. 41 da LGPD:

- a) receber as reclamações e comunicações dos titulares, responder e adotar providências;
- b) receber as comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar as providências necessárias;
- c) orientar eventuais colaboradores meus sobre as práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- d) executar outras atribuições determinadas por mim, por eventual co-controlador ou estabelecidas em normas complementares da ANPD.

2. DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2.1. Todo e qualquer dado pessoal, sempre em obediência a boa-fé e para propósitos legítimos e específicos, os quais devem ser explicitados e informados (finalidade – inciso I, art. 6º, LGPD), está sujeito a operações de tratamento (inciso X, art. 5º, LGPD).

2.1.2. Ao se analisar cada caso quanto a se o consentimento do titular é obrigatório e está validamente fornecido (inciso I e §5º, art. 7º, inciso XII, art. 5º, inciso I, art. 11 e §1º, art. 14, todos da LGPD) ou se é dispensável (§4º, art. 7º e inciso II, art. 11 e §3º, art. 14, todos da LGPD) para operações de tratamento, e existindo outra hipótese legal que as autorize, o dado possui um ciclo de vida que se desenvolve da seguinte maneira:

- a) Coleta: o dado é coletado (recolhido para finalidade determinada ou específica), produzido (através dele é criado bens e serviços) e recepcionado (recebido ao final da transmissão);
- b) Retenção: o dado é arquivado (mantido registrado em qualquer das fases do ciclo da informação, compreendendo os arquivos corrente, intermediário e permanente, ainda que tal informação já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência) e armazenado (retido ou conservado em determinado local);
- c) Processamento: o dado é classificado (ordenado de acordo com um critério estabelecido), utilizado (aproveitado para a finalidade determinada ou específica), reproduzido (copiado por meio de qualquer processo), processado (organizado para obtenção de um resultado determinado), submetido a avaliação e controle da informação (com o resultado da informação obtida é possível regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado), extraído (copiado ou retirado do local que se encontrava) e modificado (alterado);
- d) Compartilhamento: o dado é transmitido (movimentado entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos, etc.), distribuído (disposto de acordo com algum critério estabelecido), comunicado (a respeito do qual são transmitidas informações pertinentes a políticas de ação), transferido (mudado de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro) e difundido (divulgado, propagado e multiplicado);
- e) Eliminação: o dado é excluído ou destruído do local onde estava armazenado.

2.2. Eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na LGPD, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular (§6º, art. 7º, LGPD).

2.3. Para realização de atividades de tratamento de dados de um titular, juntamente com a boa-fé, devem ser observados pelos agentes o princípio da finalidade anteriormente mencionado e os seguintes (incisos II a XII, art. 6º, LGPD):

- a) adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- b) necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- c) livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- d) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- e) transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- f) segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- g) prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- h) não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- i) responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

2.4. Para efeito da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, o tratamento de dados pessoais do titular ocorrerá nas hipóteses descritas nos subitens 1.9.1 e 1.9.2, sendo permitida, porém, nas seguintes (incisos I, II, VI e VII, art. 7º e art. 10, ambos da LGPD):

- a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória por parte de mim e eventual co-controlador;
- c) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- d) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

2.5. Os dados pessoais coletados poderão ser compartilhados, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas:

- a) com pessoas jurídicas de direito privado com as quais eu tenha celebrado contrato ou firmado parceria, quando forem necessários para a adequada prestação dos serviços objeto de minhas atividades;
- b) para proteção dos meus interesses relacionados às minhas atividades em qualquer tipo de conflito;
- c) mediante decisão judicial ou requisição de autoridade competente;
- d) para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º da LGPD e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

2.6. Os dados pessoais a respeito dos quais houve um primeiro consentimento para seu tratamento também poderão, mediante nova manifestação de concordância e específica de seu titular, ser comunicados ou compartilhados com pessoas jurídicas de direito privado que sejam controladoras (§5º, art. 7º, LGPD), particularmente, aquelas de provisão de infraestrutura tecnológica e operacional.

2.6.1. São exemplos de pessoas jurídicas de direito privado de provisão de infraestrutura tecnológica e operacional as que possam fazer intermediação de pagamento em virtude de serviço, curso e treinamento contratado junto a mim e as de armazenamento variado de arquivos (servidor de hospedagem do website e seu conteúdo e de hospedagem na nuvem).

2.7. O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação (§5º, art. 8º, LGPD).

2.8. Para efeito da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, o tratamento de dados pessoais sensíveis do titular somente ocorrerá na hipótese de fornecimento de seu consentimento ou de seu representante legal (inciso I, art. 11, LGPD) ou, sem esse consentimento, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a ele, na forma prevista na letra "a" do subitem 19.1;
- b) exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- b) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

2.9. É proibida a comunicação ou o uso compartilhado entre mim e outros controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde do titular com objetivo de obter vantagem econômica, tal qual disposto no §4º, art. 11, da LGPD.

2.10. Para efeito da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, os dados anonimizados só serão considerados dados pessoais quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido (art. 12, LGPD).

3. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

3.1. Eu não realizo transferência internacional de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro. Contudo, dentre as hipóteses permitidas pelo art. 33 da LGPD de transferência internacional de dados pessoais (inclusive os sensíveis) que eu e eventual co-controlador poderemos realizar estão aquelas em que são oferecidas e comprovadas através de garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na referida lei, na forma de *cláusulas contratuais específicas para determinada transferência*, além das referentes às seguintes:

- a) quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

b) quando necessário para atender as hipóteses previstas nos incisos II, V e VI do art. 7º da LGPD.

4. DOS DIREITOS DO TITULAR

4.1. O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso (art. 9º, e seus incisos, LGPD):

- a) finalidade específica do tratamento;
- b) forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- c) identificação de eventual co-controlador;
- d) informações de meu contato e de eventual co-controlador;
- e) informações acerca do uso compartilhado de dados por mim e a finalidade;
- f) responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e
- g) direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 da LGPD.

4.2. Visando assegurar a titularidade dos dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, eu respeito e garanto a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos seguintes direitos, e de acordo com o art. 18 da LGPD:

- a) confirmação ao titular da existência de tratamento;
- b) acesso do titular a seus dados;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- e) portabilidade dos dados do titular a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante sua requisição expressa;
- f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;
- g) a obtenção, por parte do titular, de informações sobre as pessoas jurídicas com as quais eu realizei uso compartilhado de dados;
- h) informação sobre a possibilidade do titular não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências, em caso de negativa;
- i) revogação do consentimento dado pelo titular.

4.3. Parte destes direitos poderá ser exercida diretamente pelo titular, a partir da gestão de informações sobre eventual acesso a certos conteúdos ou serviços do website, por meio de identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual, enquanto outros dependerão do envio de solicitação para posterior avaliação e adoção de demais providências por mim.

5. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DE SIGILO DOS DADOS

5.1. Tal qual preceituado no art. 46 da LGPD, os agentes de tratamento adotarão medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais do titular de acessos não autorizados às páginas, sistemas eletrônicos de comunicação e demais conteúdos ou serviços, tal qual explicitado nos subitens 1.1.1 a 1.3, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

5.2. Em função do disposto no art. 47 da LGPD, os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento tem o compromisso de garantir a segurança da informação em relação aos dados pessoais do titular, mesmo após o seu término.

5.3. Em conformidade com o art. 48 da LGPD, devo eu, ou eventual co-controlador, comunicar à autoridade nacional a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular de dados pessoais. A referida comunicação será estendida ao titular diretamente atingido e a outros eventualmente envolvidos no incidente de segurança.

5.4. A comunicação acima referida será feita no prazo de dois dias úteis contados a partir da ciência do evento, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo (§1º, incisos I a VI, art. 48, LGPD):

- a) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) as informações sobre os titulares envolvidos;
- c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) os riscos relacionados ao incidente;
- e) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- f) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

5.5. Eu declaro que programas, softwares, sistemas, recursos e serviços tecnológicos utilizados para o tratamento de dados pessoais, e em atenção às finalidades previstas na presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, são estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos na LGPD e às demais normas regulamentares.

5.6. Todo dado pessoal, após ser recepcionado e registrado, será armazenado em servidores de terceiros por mim contratados ou de eventual co-controlador. Para esses dados, assim como a comunicação privada, serão adotadas precauções em consonância com as diretrizes sobre padrões de segurança fixadas no Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, a saber:

- a) utilização de métodos padrão e de mercado para criptografar e anonimizar os dados coletados;
- b) proteção contra acesso não autorizado aos sistemas;
- c) autorização de acesso somente para pessoas previamente estabelecidas ao local onde são armazenadas as informações coletadas;
- d) compromisso daqueles que entrarem em contato com as informações em manter sigilo absoluto, de modo que a quebra do sigilo acarretará responsabilidade nos moldes da legislação brasileira;
- e) manutenção do inventário indicando momento, duração, identidade do funcionário, ou do responsável pelo acesso e o arquivo objeto do armazenamento, com base nos registros de

conexão e de acesso a aplicações.

5.7. Eu adoto os melhores esforços, e assim exijo de terceiros contratados, de co-controlador e de operador que me prestam serviços no sentido de preservar os dados pessoais dos titulares quando submetidos a coleta e a qualquer outra operação de tratamento. Entretanto, nenhum website é totalmente seguro e eu não posso garantir integralmente que todas as informações que trafegam em minhas páginas, em outras geradas a partir de contato feito ou diretamente por sistemas eletrônicos de comunicação, bem como quando do acesso a demais conteúdos ou serviços disponibilizados não sejam alvo de interceptação ou violação de sigilo cometida por meio de métodos ilegais.

5.8. Em razão do exposto no subitem 5.7, eu aconselho aos titulares a tomarem medidas que só a eles competem, a exemplo da utilização adequada dos terminais de acesso (computadores, smartphones, tablets), evitando ou mitigando riscos de incidentes de segurança ao manter atualizados anti-vírus e outros softwares e aplicativos de detecção e remoção de programas maliciosos. Igualmente, eu aconselho aos titulares que mantenham de maneira confidencial as respectivas identificações válidas e senha (*logins*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual de acesso a certos conteúdos ou serviços ou outros métodos de autenticação.

5.9. Em harmonia com os princípios da LGPD e com as boas práticas aptas a proteção e a governança, eu garanto que os dados pessoais coletados são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade pelo tempo que for necessário para os propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis. Dessa maneira, em conformidade com a LGPD, as medidas de segurança adotadas por mim levam em conta a natureza dos dados e do tratamento, os riscos envolvidos, a tecnologia existente e sua disponibilidade.

6. DO TÉRMINO DO TRATAMENTO E DA ELIMINAÇÃO DOS DADOS

6.1. O término do tratamento de dados pessoais, o que inclui os sensíveis, ocorrerá, tal qual descrito no art. 15 da LGPD, nas seguintes hipóteses:

- a) verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- b) fim do período de tratamento;
- c) comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou
- d) determinação da ANPD, quando houver violação ao disposto na LGPD.

6.2. Os dados pessoais serão eliminados, tal qual descrito no art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória por mim e eventual co-controlador;
- b) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou

c) uso exclusivo meu e de eventual co-controlador, proibido o acesso a tais por terceiro estranho ao tratamento, e desde que anonimizados os dados.

6.3. Caso haja solicitação do titular, os dados coletados nas formas descritas nos itens 1.1.1 a 1.3 poderão ser excluídos antes do prazo informado. Entretanto, por motivos legais, por determinação judicial ou para fins de auditoria e segurança, esses dados poderão ser mantidos por período superior, findo o qual serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro.

6.4. Caso o titular solicite a retirada de seu consentimento para uma finalidade fundamental ao funcionamento de serviço(s) fornecido(s) pelo meu website, outros poderão ficar indisponíveis.

7. DAS INFORMAÇÕES DE CONTATO

7.1. Se após a leitura desta Política de Privacidade e Proteção de Dados restar qualquer dúvida ao titular ou, por qualquer motivo, precisar se comunicar para assuntos referentes a dados pessoais e seu tratamento, o contato poderá ser realizado pelo canal abaixo:

a) Responsável pelo website (controlador): Fabricius Pinto Assumpção – doutor.assumpcao@gmail.com.br;

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Eventualmente, o website pode vir a oferecer, por intermédio de *link* inserido em página dele a opção de visita a páginas de domínio de terceiros, *link* o qual (ou nome correspondente indicado), ao ser clicado, realizará o respectivo direcionamento. No entanto, eu declaro não ser autorizado e nem participo das decisões referentes ao tratamento de dados pessoais coletados (controlador) na visita ou em acesso a serviços e conteúdos de páginas de terceiros, não sou o responsável (operador) por tal tratamento em nome de quem compete decidir, além de que não atuo como canal de comunicação entre as partes referenciadas na LGPD (encarregado).

8.2. Em razão do exposto no subitem 8.1, eu não poderei ser responsabilizado pelo que possa se desvirtuar da legislação, demais normas regulamentares ou das finalidades aqui propostas em decorrência tanto de eventual falha em conteúdos ou serviços, bem como no que tange ao teor de Política de Privacidade e Proteção de Dados, outras políticas ou Termos e Condições de Uso, além de práticas de segurança e governança inadequados relacionados a página gerada a partir de alguma do meu website cujo domínio pertença a terceiros.

8.3. Eu poderei modificar a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados em conformidade com os requisitos legais ou adaptá-la a novas instruções determinadas por alterações posteriores na legislação ou com a elaboração de diretrizes e a edição de regulamentos e procedimentos pertinentes por parte da ANPD - incisos III e XIII, art. 55-J, LGPD e incisos II e XIII, art. 2º, Anexo I, Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020.

8.3.1. Quando existam modificações significativas a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, os usuários e titulares aqui mencionados serão informados.

9. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO COMPETENTE

9.1. A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados é regida, interpretada e regulada pela legislação brasileira, sendo competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões e/ou litígios decorrentes da mesma o foro da comarca de Macaé/RJ.

9.2. O titular consente, expressamente, com a competência do referido foro, e renuncia, neste ato, a de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

POLÍTICA DE COOKIES (ANEXO I)

1. Disposições preliminares

1.1. Através da presente Política de Cookies, eu apresento um documento complementar à minha Política de Privacidade e Proteção de Dados. A presente Política de Cookies objetiva

fornecer aos usuários do meu website e de página relacionada ao mesmo domínio, de maneira simples e transparente, orientações sobre:

- a) o que são, como funcionam e para que servem os *cookies*;
- b) os tipos de *cookies*, definições e suas finalidades;
- c) procedimentos para os usuários consentirem o recebimento e armazenamento de *cookies* em seus navegadores ou terminal(is), bem como os tipos de informações que são coletadas em virtude do consentimento fornecido;
- d) procedimentos para desativação/bloqueio e eliminação/limpeza de *cookies*.

1.2. Quando o usuário realiza o primeiro acesso ao meu website (e da forma como esse primeiro acesso é considerado) ele é denominado de "usuário". Se esse usuário, entretanto, inicia uma nova sessão/visita dentro do website durante um determinado tempo, e ainda havendo *cookies* armazenados em seu navegador ou terminal em razão do primeiro acesso assim considerado, ele é denominado "usuário ativo".

1.3. Contudo, tendo havido fornecimento de consentimento para que dado seu seja submetido a operação de tratamento, para fins das presente Política de Cookies, será ele considerado simplesmente "usuário".

2. O que são *cookies*, como funcionam e para que servem

2.1. Quando um usuário visita um website pela primeira vez através de um terminal (computador, smartphone ou tablet), em resposta, são gerados e enviados arquivos de texto, os chamados *cookies*, para o navegador de internet utilizado (Google Chrome, Firefox, Internet Explorer, etc.), local este onde permanecem armazenados por certo tempo.

2.2. Também conhecidos como *cookies* de navegador e *cookies* de rastreamento, eles são responsáveis por rastrear o comportamento on-line, posto que a cada visita o usuário deixa informações na página que são coletadas e armazenadas, e alguns desses arquivos podem ser transferidos para a memória do respectivo terminal, e por certo tempo.

2.3. Dependendo do tipo de arquivo, o qual pode ser representado por um *cookie* ou armazenar um grupo de *cookies*, além de seu tempo de atividade (tempo de vida), se na ocasião da primeira visita a um website o usuário não proceder à eliminação/limpeza ou desativação/bloqueio do que foi gerado e enviado anteriormente, o que restar continuará atuando para pelo menos garantir o bom funcionamento das páginas e de serviços on-line oferecidos quando de nova visita.

2.4. Desse modo, cada vez que o usuário visita o website, o tipo de *cookie* ainda armazenado será reenviado ao servidor, que, por sua vez, retornará às páginas, inclusive com as eventuais adaptações necessárias para melhor atendê-lo, pois que permite que seja reconhecido o navegador e/ou terminal utilizado(s).

2.5. Alguns tipos de *cookies* podem ser vinculados a domínios diferentes (nome e endereço na Internet), a depender de a quem estes pertencem e são administrados (o proprietário do website ou terceiro), tipos de *cookies* para cada qual há uma finalidade, bem como um tempo de atividade, pré-determinado ou não.

2.6. Os *cookies* podem ficar disponíveis apenas durante a visita e automaticamente apagados quando fechado o navegador, ou por um período maior quando armazenados no navegador ou no terminal, perdendo validade após expirarem ou serem eliminados/limpados pelo usuário.

2.7. Na maioria das páginas, o fato de alguns *cookies* permanecerem armazenados por tempo maior do que outros, além de não ocuparem espaço relevante em memória e não afetar o desempenho do navegador ou do terminal, nenhum deles acarreta riscos, principalmente em relação à propagação para outros ambientes.

2.8. Na ocasião de o usuário optar por visitar um website por intermédio de uma janela anônima/privada que se abre após a seleção junto a barra de menus do navegador, o tempo de atividade dos *cookies* se inicia quando é aberta a respectiva janela e se encerra (os *cookies* perdem validade e não há armazenamento) quando o navegador é fechado, sendo cada visita considerada como nova.

2.9. Contudo, a visita não será considerada nova para aquele usuário quando ele acessa a áreas com conteúdos ou serviços exclusivos mediante identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual. Nesses casos, além do usuário ser identificado, suas atividades e localização ficam visíveis para o website, para respectivo provedor de conexão e provedor de aplicação de internet utilizado e para o terminal do local onde ele acessa, tal como casa, trabalho etc.

2.10. Na janela anônima/privada nenhum histórico de navegação, *cookies* e dados de websites ou informações inseridos em formulários ou outros campos permanecerão armazenados e nem poderão ser acessados por terceiros, exceto se para qualquer atividade do usuário houver rastreamento por meio de software instalado em terminal para fins de controle por iniciativa de representantes legais de incapazes nos termos da lei (pais, avós etc.). Tal exceção também ocorre quando o software é instalado pelo proprietário do terminal (escola, escritório, consultório e estabelecimentos diversos de pequeno porte), por pessoas jurídicas de médio e grande porte através de servidor interno, além daquilo que é acessível por provedor de conexão e provedor de aplicação de internet.

2.11. Os *cookies* ainda são responsáveis por coletar e reter as seguintes informações:

- a) o protocolo de comunicação (Internet Protocol - IP) usado pelo terminal (computador, smartphone ou tablet) do usuário ao conectar-se à Internet, e responsável por endereçar e encaminhar os pacotes de dados que trafegam pela Rede, além da data e hora associados;
- b) o próprio navegador escolhido pelo usuário;
- c) o sistema operacional do terminal do usuário;
- d) a página visitada do website pelo usuário;
- e) o tempo de duração da visita realizada pelo usuário a página do website;
- f) a região do país ou país de origem da visita feita pelo usuário.

2.12. Em geral, os *cookies* são utilizados para uma otimização da experiência de navegação (oferecer serviços, lembrar certas escolhas feitas na primeira visita, realizar personalização etc.) junto ao website, havendo aqueles que, todavia, a depender do tipo e finalidade, é preciso

consentimento para sua utilização, por intermédio do nível de privacidade e segurança configurado pelo usuário junto ao seu navegador. É atribuído ao usuário que visita uma página do website um identificador, cuja primeira navegação define um *cookie*.

2.13. Há *cookies* que são utilizados para identificar a versão de software ou aplicativo instalado e necessários para navegar ou acessar certas funcionalidades existentes em página de website.

3. Tipos de *cookies*, suas definições e finalidades

3.1. Quanto à sua origem ou propriedade, os *cookies* são classificados como:

3.1.1. Primários: são aqueles gerados e enviados pelo website (de domínio do seu proprietário) que está sendo visitado pelo usuário; geralmente são utilizados para identificar preferências de idioma e local ou facilitar a funcionalidade básica do website;

3.1.2. De terceiros: são aqueles gerados e enviados por domínio pertencente e administrado por proprietário diferente daquele do website, ou seja, quando página de website de domínio de um proprietário é visitada e anúncio, serviço ou ferramenta nela existente ou em outra página direcionada a partir dela é originária de terceiros. Os *cookies* gerados e enviados em virtude desse anúncio, serviço ou ferramenta são pertencentes e administrados por tais terceiros, e ajudam a mensurar o sucesso de aplicações e a eficácia da publicidade deles em páginas de um website, inclusive quando o respectivo *link* é informado:

a) por contato feito através de sistemas eletrônicos de comunicação (e-mail, WhatsApp, Direct do Instagram, Messenger do Facebook e SMS) e;

b) para finalidades como publicidade e preenchimento de formulários ou outros campos; esses *cookies*.

3.2. Quanto ao seu tempo de atividade (de vida), os *cookies* são classificados como:

3.2.1. De sessão autenticada: são aqueles que, ao se conectarem a ações do usuário quando ele efetua acesso a áreas com conteúdos ou serviços exclusivos mediante identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual, se iniciam quando é aberta a respectiva página e se encerram (perdem validade) quando o navegador é fechado, permanecendo ativos somente, pois, nesse intervalo (temporariamente); um *cookie* de sessão:

a) possibilita a reautenticação de um usuário apenas ao servidor relacionado ao website no qual ele se autenticou, dentro de um curto período de tempo e;

b) não é transmitido a nenhum terminal diferente do que o gerou;

3.2.2. De sessão não autenticada: são aqueles que, mesmo não sendo requerida identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual para o usuário acessar conteúdos ou serviços exclusivos, se iniciam quando é aberta a respectiva página e se encerram (perdem validade) quando o navegador é fechado, permanecendo ativos somente, pois, nesse intervalo (temporariamente);

3.2.3. Persistentes ou permanentes: são aqueles que permanecem no terminal do usuário mesmo depois que ele fecha o navegador ou efetua uma reinicialização, e por tempo e para finalidade especificados pelo domínio ao qual estão vinculados, a depender de a quem ele pertence e é administrado (o proprietário do website ou terceiro); os *cookies* persistentes são ativados a cada visita feita a página onde eles foram inicialmente gerados, e servem para

analisar o comportamento do usuário e estabelecer padrões, de modo que seja possível oferecer anúncios segmentados, medir a eficácia e melhorar a funcionalidade desses anúncios e do próprio do website.

3.3. Quanto à finalidade dos cookies, os quais são utilizados pelo meu website conforme a possibilidade de escolha de permiti-los, eles são classificados como:

3.3.1. De funcionalidade ou funcionais, que permitem ao website:

- a) lembrar das preferências do usuário configuradas e armazenadas em visita anteriormente feita, como o idioma, *layout* (tamanho, padrão e largura da fonte do texto da página), a região em que ele está (geolocalização);
- b) colaborar, com base naquela visita, no aprimoramento da oferta de anúncios e de propostas de serviços, eventos e participação em pesquisas de opinião objeto das atividades do proprietário do domínio do website, evitando repetição e proporcionando, assim, uma experiência mais personalizada;
- c) compartilhar certas informações coletadas, mediante autorização específica, com pessoas jurídicas de direito privado com as quais o proprietário do domínio do website tenha celebrado contrato ou firmado parceria, quando forem necessárias para a adequada prestação dos serviços objeto de suas atividades;
- d) compartilhar conteúdo do próprio website em plataformas de mídia social sob controle de tal proprietário, plataformas cujos serviços são fornecidos por terceiros (Facebook, Instagram, YouTube etc.), de modo a obter *feedbacks* de cada usuário;

3.3.2. De performance, de desempenho, analíticos ou de estatística (estatísticos) que, ao rastrear as páginas visitadas e o tempo executado pelo usuário, de forma anônima, permitem ao website aprimorar o seu funcionamento e de seus serviços ao verificar eventual erro e seu motivo; esses *cookies* permitem também entender como os usuários interagem com o website, quais as páginas mais visitadas, ao coletar e relatar informações anonimamente e a respeito, por exemplo, de métricas do número de visitantes, taxa de rejeição, origem do tráfego, etc.;

3.3.3. Necessários ou requeridos que, ao identificarem o usuário como registrado em razão de que para o acesso a áreas com conteúdos ou serviços exclusivos é exigida identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual, permitem:

- a) garantir ao usuário recursos essenciais como, por exemplo, preenchimento de formulário de cadastro ou inscrição, bem como outros campos disponibilizados em páginas existentes no website para receber, em contrapartida, certa informação ou algum dos conteúdos ou serviços ofertados ou fornecidos;
- b) ao website lembrar de informações que o usuário inseriu ao navegar nas diferentes páginas durante a sessão de navegação.

3.3.4. De marketing, publicidade e propaganda que, com base nas páginas visitadas pelo usuário permitem:

- a) direcionar mensagens publicitárias mais relevantes sobre conteúdos ou serviços relacionados as atividades do proprietário do website baseadas nas preferências configuradas anteriormente, sem fazer identificação pessoal, e executando funções que impedem repetição de tal publicidade;
- b) ao ser lembrada a visita feita pelo usuário a alguma página do website, que sejam

compartilhadas informações com anunciantes e pessoas jurídicas de direito privado com as quais o proprietário do website tenha celebrado contrato ou firmado parceria, quando forem necessárias para a adequada prestação dos serviços objeto de suas atividades.

3.4. Os *cookies* de estatísticas, ou “analytics”, ao traduzirem, de maneira anonimizada, as interações dos usuários em relatórios detalhados de comportamento, utilizam a ferramenta Google Analytics. Assim, à medida que um usuário navega por uma página, o Google Analytics fornece *tags* (etiquetas que representam palavras-chave associada a uma informação que as descrevem e permitem uma classificação) e JavaScript (bibliotecas de arquivos com várias funções utilizando essa linguagem de programação) ao proprietário do website para registrar informações sobre tal página visualizada (por exemplo, o seu *URL*).

3.5. As bibliotecas JavaScript do Google Analytics utilizam cookies HTTP (*cookies* da Internet ou *cookies* do navegador, *cookies* de autenticação e *cookies* de rastreamento), para armazenar as interações ou ações anteriores do usuário nas páginas do website, cujo prazo de validade (tempo de vida) é no máximo de 2 (dois) anos.

4. Procedimentos para fornecimento de consentimento

4.1. Quando um usuário visita o meu website pela primeira vez, seja por computador, smartphone ou tablet, surge em segundos uma *pop-up* (um tipo de janela) na página principal, a qual além de disponibilizar a opção de personalizar o controle de privacidade por meio dos tipos de *cookies* informados e o que cada um significa e seu tempo de atividade, é possível proceder a autorização (consentimento) para que todos os referidos *cookies* sejam gerados e enviados (ao clicar em “ACEITAR”). Abaixo da opção da autorização total é possível acessar os respectivos caminhos para a leitura dos documentos das Políticas de Privacidade e Proteção de Dados e de Cookies e dos Termos e Condições de Uso do Website.

4.2. A depender da opção do usuário quanto ao consentimento para que, além dos *cookies* necessários ou requeridos automaticamente optados/marcados, mais tipos de *cookies* gerados e enviados do meu website sejam armazenados no navegador escolhido ou terminal utilizado, tais *cookies* conterão informações que poderão ser aproveitadas para as finalidades especificadas (preferências) na *pop-up* e na presente Política de Cookies.

4.3. O consentimento mencionado anteriormente se estende também para que no próximo acesso por aquele computador, smartphone ou tablet, o mesmo navegador utilizado poderá reenviar os arquivos do meu website ou página dele armazenados para que suas informações sejam configuradas de forma automática. Os *cookies* inicialmente optados, porém, podem ser posteriormente eliminados/limpados do navegador escolhido ou terminal utilizado pelo usuário, conforme destacado no item 5 desta Política.

4.4. Os *cookies* categorizados como necessários ou requeridos, os quais constam como automaticamente optados, consentidos (marcados na personalização) são armazenados no navegador do usuário objetivando somente garantir um bom funcionamento do meu website, suas páginas e demais serviços on-line oferecidos/ofertados.

5. Procedimentos para desativação/bloqueio e eliminação/limpeza de *cookies*

5.1. Toda vez que o usuário eliminar/limpar os *cookies* do seu navegador (normalmente através do acesso à opção tecnológica de limpeza de dados de navegação) o *identificador* será apagado e, conseqüentemente, sua próxima visita ao website será classificada como se fosse a primeira. Igualmente, se o usuário efetuar, nas configurações de privacidade e segurança, a desativação/bloqueio de novos *cookies* ou ao acessar o website através de outro navegador ou terminal, a próxima visita será classificada como primeira, visto que o identificador existe apenas no navegador ou terminal em que foi criado.

5.2. Para a desativação/bloqueio de *cookies* para fins de coleta de informações o usuário deve executar os seguintes procedimentos, conforme o navegador utilizado:

5.2.1. Para o navegador Firefox:

- a) Abrir o Firefox;
- b) No topo da janela do Firefox, clicar no botão "Firefox" e, em seguida, selecionar "Opções";
- c) Selecionar o painel "Privacidade";
- d) Definir "O Firefox deve:" para "Usar configurações personalizadas para o histórico"; em seguida desmarcar a opção "Aceitar cookies de sites" para desativar os *cookies*;
- e) Clicar em "OK" para fechar a janela Opções.

5.2.2. Para o navegador Internet Explorer:

- a) Abrir o Internet Explorer;
- b) Clicar no botão "Ferramentas" e, sem seguida, clicar em "Opções da Internet";
- c) Clicar na guia "Privacidade" e, em seguida, em "Configurações", mover o controle para cima para bloquear todos os *cookies* e clicar em "OK";

5.2.3. Para o navegador Google Chrome:

- a) Abrir o Google Chrome;
- b) Clicar no ícone da ferramenta;
- c) Selecionar "Configurações";
- d) Perto do final da página, clicar em "Mostrar configurações avançadas";
- e) Na seção "Privacidade", clicar em "Configurações de conteúdo";
- f) Para desativar os *cookies*, selecionar "Bloquear as configurações de site de quaisquer dados".

5.2.3. Para o navegador Safari:

- a) Abrir o Safari;
- b) Escolher "Preferências" na barra de ferramentas e clicar em "Privacidade" (o usuário pode encontrar a barra de ferramentas que se parece com uma roda dentada, acima e à direita na janela do Safari);
- c) Na seção "Bloquear cookies", o usuário pode especificar se e quando o Safari deve aceitar *cookies* de websites; para ver uma explicação sobre as opções, clicar no botão de ajuda (ponto de interrogação);
- d) Se o usuário quiser ver quais websites armazenam *cookies* no seu computador, ele deve clicar em "detalhes".

5.3. O bloqueio de *cookies*, como mencionado, ainda pode se dar no momento do primeiro acesso ao meu website (ocasião em que surge a *pop-up* com a opção de escolha entre aceitar a geração e envio de todo tipo de *cookie* ou definir qual tipo ele consente em ser gerado e

enviado para as respectivas finalidades). No entanto, o usuário deve estar ciente de que, se desabilitadas aquelas tecnologias, alguns recursos oferecidos pelo website, e que dependam do tratamento dos referidos dados, poderão não funcionar corretamente.

6. Disposições finais

6.1. Eu não poderei ser responsabilizado pelo possa se desvirtuar da legislação, demais normas regulamentares ou das finalidades aqui propostas em decorrência de conteúdo de Política de Privacidade e Proteção de Dados, outras políticas ou Termos de Uso, além de práticas de segurança e governança inadequados relacionados a página gerada a partir de alguma sua cujo domínio pertença a terceiros, bem como quando o acesso a ela se dê diretamente pelo respectivo website ou rede social.

6.2. Eu poderei modificar esta Política de Cookies em conformidade com os requisitos legais ou adaptá-la a novas instruções determinadas por alterações posteriores na legislação ou com a elaboração de diretrizes e a edição de regulamentos e procedimentos pertinentes por parte da ANPD.

6.3. Quando ocorrerem modificações significativas a esta Política de Cookies, os titulares que acessam o meu website ou página relacionada ao mesmo domínio, a outras páginas geradas a partir de contato feito ou diretamente por sistemas eletrônicos de comunicação e a demais funcionalidades disponibilizadas serão informados.

6.4. Os *cookies* do meu website não recolhem dados pessoais (inclusive sensíveis) que identifiquem o usuário na ocasião de sua primeira visita, nem vincula esses dados às informações de domínio, exceto para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

6.5. Porém, se a navegação tenha iniciado por ter havido comunicação previamente enviada por mim através de sistema eletrônico de comunicação, como e-mail e WhatsApp, em razão do usuário estar registrado na condição de cliente, potencial cliente ou participante de cursos, treinamentos e eventos outros anteriores, ele estará sujeito a ser identificado, vez que é considerado titular para efeito da proteção instituída pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Tal identificação também acontece quando o usuário acessa a áreas com conteúdos ou serviços exclusivos os quais exigem identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual, figurando, assim, como titular.

6.4. O meu website ou o de terceiros eventualmente dele direcionado pode vir a utilizar tecnologias similares aos *cookies*, a exemplo de web beacons, pixels e tags de redes de anúncios, os quais ajudam a oferecer informações relevantes de forma mais eficaz.